

**A PESQUISA E A PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO
BRASIL: ENTRE O DESCASO E O OBSCURANTISMO**

**POSTGRADUATE STUDIES AND EDUCATION RESEARCH IN
BRASIL: BETWEEN NEGLECT AND OBSCURANTISM**

**POSGRADO E INVESTIGACIÓN EN EDUCACIÓN EN BRASIL:
ENTRE NEGLIGENCIA Y OSCURANTISMO**

Dalila Andrade Oliveira¹
Juliana de Fátima Souza²

Resumo

O texto aborda, em linhas gerais, o estado da Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil em relação ao contexto mundial para, em seguida, discorrer sobre a estruturação do sistema nacional de pós-graduação e refletir sobre a pesquisa em educação e seus percalços na atualidade. A discussão tem como principal objetivo problematizar os rumos da pesquisa em educação frente à crise institucional vivida pelas universidades brasileiras, em um contexto que envolve: i) retração significativa do investimento público na educação superior, ciência e tecnologia nos últimos anos e crescente condicionamento da agenda por editais e fundos setoriais; ii) supervalorização do conhecimento sobre educação formulado no âmbito de instituições multilaterais tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), baseado em estatísticas e evidências, em detrimento do conhecimento crítico produzido pela comunidade científica; e iii) avanço de um movimento negacionista, liderado pelo governo de Jair Bolsonaro, que se manifesta contra as universidades e todas as instituições que correspondem às ideias e ao espírito do iluminismo.

Palavras-chave: pós-graduação; pesquisa e desenvolvimento; pesquisa em educação; educação superior.

Abstract

The text discusses the state of Research and Development in Brazil in relation to the world context, the structuring of the national postgraduate system and then reflects on research in education and its problems today. The main objective is to problematize the direction of research in education in the face of the institutional crisis experienced by Brazilian universities, in a context that involves: i) significant retraction of public investment in higher education, science and technology in recent years and increasing conditioning of the agenda by sectorial funds; ii) overvaluation of knowledge about education formulated within multilateral institutions such as the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), based on statistics and evidence, to the detriment of critical knowledge produced by the scientific community; and iii) the advancement of a negationist movement, led by the government of Jair Bolsonaro, which demonstrates against universities and all institutions that correspond to the ideas and spirit of the Enlightenment.

Keywords: postgraduate studies; Research and Development; education research; higher education.

¹Doutora em Educação. Professora Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do CNPq e do PPM/FAPEMIG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4516-6883>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1795516271097895> E-mail: dalilaufmg@yahoo.com.br.

²Doutora em Educação. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8858-7197>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5237354291707825> E-mail: jusouzarp@ufmg.br.

Resumen

El artículo aborda, en líneas generales, el estado de la Investigación y el Desarrollo en Brasil en relación con el contexto global, y luego discute la estructuración del sistema nacional de posgrado y reflexiona sobre la investigación en educación y sus problemas actuales. El objetivo principal es problematizar la dirección de la investigación en educación frente a la crisis institucional experimentada por las universidades brasileñas, e nun contexto que involucra: i) retracción significativa de la inversión pública en educación superior, ciencia y tecnología en los últimos años y un condicionamiento creciente de la agenda por fondos sectoriales; ii) sobrevaloración del conocimiento sobre educación formulado por instituciones multilaterales como la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), basado en estadísticas y evidencia, en detrimento del conocimiento crítico producido por la comunidad científica; y iii) el avance de un movimiento negacionista, liderado por el gobierno de Jair Bolsonaro, que se manifiesta contra las universidades y todas las instituciones que corresponden a las ideas y el espíritu de la Ilustración.

Palabras clave: posgrado; investigación y desarrollo; investigación educativa; educación superior.

Introdução

O cenário atual da Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil se caracteriza por alta instabilidade e insegurança em face, dentre outros fatores, das consecutivas retrações do investimento público no campo da educação superior nos últimos anos e também do crescimento de um movimento negacionista no país – agravado pelo governo Jair Bolsonaro, que refuta evidências científicas e instala uma batalha ideológica contra universidades e outras instituições que se norteiam pelos valores iluministas. Ademais, a preponderância desde os anos de 1990 de uma política de indução no financiamento da pesquisa, em contraposição às chamadas de demanda livre, compromete a autonomia acadêmica na definição de sua agenda e restringe as problemáticas de investigação ao estabelecer quais seriam as áreas e temas prioritários para o desenvolvimento da nação.

Especificamente no campo da pesquisa em educação, observa-se ainda uma supervalorização do conhecimento formulado no âmbito de instituições multilaterais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que tornou-se nas últimas décadas um dos principais atores no diagnóstico educacional e proposição de políticas educativas em nível mundial. Como avaliam Whitty e Wisby (2020), essas organizações desenvolvem uma abordagem “hiper-racionalista-tecnicista” e criam um sistema de ilusão de neutralidade que concorre com o conhecimento crítico produzido pela comunidade científica.

Neste contexto, este artigo tem como objetivo problematizar alguns dos principais desafios que se impõem à pesquisa no país, frente à crise financeira e institucional vivenciada pelas universidades nos anos recentes, destacando

especificidades da área da educação. Na primeira parte do texto são exploradas análises e informações estatísticas disponibilizadas pela OCDE e pela Unesco para sustentar a discussão sobre a posição periférica que o Brasil ocupa no quadro mundial de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Na segunda parte, recorre-se a uma análise do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 e a dados censitários e orçamentários relativos aos programas *stricto sensu*, problematizando brevemente o processo histórico de construção do sistema nacional de pós-graduação a fim de se avançar na compreensão do contexto atual. O terceiro tópico apresenta o panorama da pesquisa em educação no Brasil e pondera, numa perspectiva crítica, alguns de seus principais desafios ante a contenção de recursos públicos dirigidos ao desenvolvimento científico, demonstrando certo descaso com a relevância do campo acadêmico e os sucessivos ataques aos pesquisadores e suas instituições.

Breve panorama da Ciência e Tecnologia no mundo

Inicialmente é importante observar que o Brasil, apesar de ser um grande país tanto em extensão territorial quanto em capacidade econômica, considerado uma potência emergente ao lado de Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics), não apresenta destaque na perspectiva mundial quando o tema é Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O país, que figura como o maior e mais populoso dentre as nações da América Latina, ocupando mais da metade do território da América do Sul, alcança apenas relevância regional neste quesito, ao lado do México e da Argentina.

As Nações Unidas adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável para o qual o Relatório de Ciência da Unesco: rumo a 2030, publicado em 2015, com o foco na resolução de desafios urgentes, traz informações amplas sobre a situação do desenvolvimento científico no mundo, incluindo dados sobre o Brasil (Unesco, 2015). De acordo com o relatório, desde 2011 o Brasil enfrenta uma desaceleração econômica que afetou sua capacidade de continuar seu crescimento socialmente inclusivo. A desaceleração foi desencadeada pelo enfraquecimento dos mercados internacionais de *commodities*, juntamente com os efeitos perversos de políticas econômicas desenhadas para alimentar o consumo. Ainda de acordo com o documento, em agosto de 2015 o Brasil entrou em recessão pela primeira vez em seis

anos. A produtividade do trabalho estagnou, apesar de uma série de políticas para recuperá-la. O Relatório chama a atenção para um fator marcante da desigualdade na distribuição dos recursos destinados à pesquisa no país e destaca que a excelência do campo científico permanece concentrada em um conjunto de instituições situadas principalmente nas regiões sudeste e sul do Brasil. Ressalta que o volume de publicações nacionais aumentou nos últimos anos, mas o número de registros de patentes por brasileiros nos principais mercados globais continua extremamente baixo. A transferência de tecnologia das instituições públicas de pesquisa para o setor privado continua a ser um dos principais componentes da inovação em áreas que vão da medicina à cerâmica, passando pela agricultura e a extração de petróleo em alto-mar. O Relatório afirma ainda que a formulação de uma política nacional de ciência e inovação exitosa continua a ser uma tarefa muito difícil. Para aproveitar ao máximo os benefícios do desenvolvimento econômico baseado na ciência e inovação, seria necessário adequar a direção em diversas áreas de políticas simultaneamente, incluindo aquelas que afetam a educação, a ciência básica, o desenvolvimento tecnológico e a integração de tecnologias sustentáveis (verdes), P&D empresarial, consoantes a condições do marco econômico. Muitos dilemas parecem cada vez mais comuns a uma ampla gama de países, como o de tentar encontrar um equilíbrio entre o engajamento local e internacional na pesquisa, ou entre a ciência básica e a ciência aplicada, a geração de novos conhecimentos destinados ao bem-viver e de conhecimentos comercializáveis, ou a ciência voltada para o bem público versus a ciência orientada pelo mercado. Se esta já era uma situação preocupante para o Brasil na data da publicação do Relatório, em 2015, muito mais acentuada se torna agora com os sucessivos recortes nos orçamentos destinados às áreas de Ciência e Tecnologia e de Educação.

Vale ressaltar que no Relatório anterior, publicado em 2010, a Unesco demonstrava que, se comparado com os demais países que compõem o BRICS, o Brasil poderia ser considerado naquele momento como tendo um bom desempenho no que diz respeito à diplomação de pesquisadores, sejam mestres ou doutores, e na formação de grupos de pesquisa. Os números apresentavam uma boa relação também no que se refere à profissionalização e descentralização do ensino em universidades públicas. Esta constatação é resultante dos esforços empreendidos pelo governo brasileiro na primeira

década do século XXI no desenvolvimento científico e tecnológico, com a ampliação do financiamento do setor e a expansão da oferta de educação superior no país.

Um efeito objetivo desse investimento foi o aumento de 485% na titulação de doutores e de 421% na titulação de mestres nas diversas áreas do conhecimento no Brasil entre os anos de 1998 e 2018 (Capes, 2020). O país, inclusive, desde 2017 superou a meta do Plano Nacional de Educação 2014-2024³, que estabelecia o intento de se alcançar até o último ano de sua vigência a marca de 60 mil mestres formados por ano, embora este resultado precoce possa também indicar que a meta foi subestimada. Mas ainda assim, a proporção de brasileiros com pós-graduação *stricto sensu* em 2019 permanece baixa. Segundo o relatório *Education at a glance 2019*, publicado pela OCDE, apenas 0,2% da população adulta (25-64 anos) brasileira tem o título de doutorado, enquanto nos países membros da OCDE essa proporção é de 1% e nos Estados Unidos, Suíça e Luxemburgo alcança os 2%. Por sua vez, os adultos com mestrado representam 0,8% da população brasileira, enquanto nos países da OCDE são 13% (OCDE, 2019).

Outro documento que permite uma comparação da distribuição mundial de pesquisadores é o Relatório Unesco sobre Ciência 2010, que aponta que ao fim do primeiro decênio do presente século os Estados Unidos, a China e a União Europeia apresentavam, cada um deles, cerca de 20% do contingente mundial de pesquisadores. Se somada a participação do Japão (10%) e a da Rússia (7%), percebe-se que estas cinco potências, com cerca de 35% da população mundial, têm aproximadamente 75% de todos os pesquisadores. Em contraste, a Índia, segundo país mais populoso do mundo, tem apenas 2,2% dos pesquisadores do planeta, enquanto continentes inteiros como América Latina e África têm 3,5% e 2,2%, respectivamente.

Quanto aos setores que mais absorvem pesquisadores, de acordo com *Battelle Memorial Institute*⁴, os pesquisadores estão distribuídos em nível mundial da seguinte

³A meta 14 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 consiste em elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores (Lei nº 13.005/2014). No ano de 2018, o Brasil titulou um total de 64.432 mestres, sendo 51.610 em programas de mestrado acadêmico e 12.822 em mestrados profissionais; e um total de 22.901 doutores, sendo 22.894 em programas de doutorado acadêmico e 7 em doutorado profissional. (Capes, 2020).

⁴Dados disponíveis em <<https://www.battelle.org/>>, acesso em 14 de outubro de 2019.

maneira: 40% estão nas universidades, 39% na indústria (dos quais 25% trabalham em multinacionais), 14% em instituições de pesquisa e 7% em órgãos governamentais.

Quanto às áreas de atuação, 54% deles trabalham em pesquisa aplicada; 23% em pesquisa básica; 12% em desenvolvimento primário; e 12% em consultoria e outras funções de apoio. Ainda segundo o *Battelle Memorial Institute*, quando perguntados sobre qual o maior desafio às atividades de pesquisa e desenvolvimento no mundo hoje, a maioria dos pesquisadores respondeu que são os limites de fundos internos e externos.

Especificamente sobre a América Latina e Caribe é importante considerar que a produção de ciência, tecnologia e inovação na região encontra-se concentrada nas universidades. À exceção do Panamá, onde a maior parte dos pesquisadores estão vinculados ao setor governamental, e da Costa Rica, onde a maioria está empregada em empresas privadas, em todos os demais países latino-americanos as instituições de educação superior são responsáveis pela absorção da maior parte dos pesquisadores (Unesco-UIS, 2015). Entretanto, conforme já se apontou, a região ocupa um lugar absolutamente frágil no quadro mundial de pesquisa e desenvolvimento. Em 2013, a América Latina respondia por apenas 3,5% do total dos dispêndios mundiais em P&D, enquanto a participação da Ásia se encontrava em 42,2%, a da América do Norte em 22,7%, da Oceania em 1,4% e a da África em 1,3%, de acordo com informe da Unesco sobre o estado e tendências da ciência (Unesco, 2015).

A colocação periférica do Brasil no quadro científico mundial é consoante a enorme desigualdade econômica e social do país, que figura na sétima posição entre os mais desiguais do mundo, de acordo com o Relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud, 2019). O referido Relatório também alerta para o fato de que o Brasil caiu uma posição na lista de países classificados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – que mede o progresso de uma nação a partir das dimensões renda, saúde e educação – passando da 78ª para a 79ª posição no *ranking* de 189 países na comparação com o ano de 2017. Se considerada apenas a região da América do Sul, o Brasil ocupa a quarta posição no que se refere ao IDH, atrás de Chile, Argentina e Uruguai. No que tange à escolaridade da população brasileira, ainda é considerada bastante baixa, sendo que mais da metade da população com 25 anos ou

mais concluíram apenas o ensino fundamental; e dentre os jovens que têm entre 18 e 24 anos apenas 21,3% se encontra matriculado na educação superior.

Embora o subsistema de pós-graduação e pesquisa do Brasil tenha avançado significativamente no princípio deste século, permanece altamente seletivo e tem sofrido consecutivos contingenciamentos, dentre outros problemas que influem na sua autonomia e legitimidade, o que compromete o estabelecimento de um ciclo virtuoso da educação que tenderia à ampliação do quadro de doutores e um avanço sustentável nos campos da ciência e tecnologia.

A pesquisa no Brasil

Conforme assinalado, a produção de ciência, tecnologia e inovação na América Latina e Caribe encontra-se instalada principalmente nas universidades, que são as instituições responsáveis por absorver a maioria dos pesquisadores nestes países. No Brasil, quase 70% dos profissionais com titulação de doutorado estão empregados no setor educacional, de modo que “a universidade é elevada ao status de lugar privilegiado para a ocorrência de produção de conhecimento qualificado, ao mesmo tempo em que tem enfatizada sua função indispensável no processo de desenvolvimento brasileiro” (Bittar & Costa Junior, 2015, p. 192).

As universidades públicas têm papel ainda mais relevante, uma vez que em 2018 nelas estavam concentrados 81,5% dos programas de pós-graduação *stricto sensu* do país (57,6% nas federais, 23,2% nas estaduais e 0,7% nas municipais), enquanto as instituições particulares, ao contrário do que ocorre na oferta da graduação, apresentam uma participação bastante limitada, tendo respondido por 18,5% dos programas e por apenas 17,2% dos novos mestres e doutores titulados em 2018 (Capes, 2020). Se observada a produção científica nacional, essa discrepância entre o público e o privado se torna ainda mais evidente: mais de 95% das publicações brasileiras na base internacional SCImago⁵, que apresenta uma medida da influência científica dos periódicos, deve-se justamente à capacidade de pesquisa das instituições públicas.

⁵ O SCImago *Journal Country Ranking* avalia e rankeia periódicos científicos, estabelecendo um índice por países e por periódicos a partir das informações contidas no banco de dados Scopus®. Disponível em <<https://www.scimagojr.com/journalrank.php?country=BR>>, em 21 de junho de 2020.

Neste sentido, pode-se afirmar que a Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil são atividades essencialmente públicas e que se desenvolvem sobretudo através dos programas de pós-graduação das universidades federais. Vale ainda lembrar que a pós-graduação tem historicamente funcionado como um subsistema dentro do sistema educacional brasileiro e que há um forte aparato legal destinado a moldar as universidades públicas à dinâmica da produção de ciência e tecnologia.

A primeira tentativa de implantação desse nível de ensino no país se deu com a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, mas a pós-graduação efetivamente começa a se estruturar na década de 1950, com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – principais agências estatais de fomento à pesquisa. A instituição oficial da pós-graduação se daria em 1965, com o Parecer 977/65, conhecido como Parecer Sucupira, e sua consolidação seria fortemente influenciada também pela Reforma Universitária de 1968. Cunha (2000) destaca que:

sem desconsiderar as danosas consequências que a ditadura militar (1964-1982) teve na vida acadêmica, não é possível deixar de levar em conta o fato de que foi nesse período que o processo tardio de formação da universidade brasileira recebeu o maior impulso. [...]

De um lado, professores e pesquisadores experientes foram compulsoriamente aposentados; docentes jovens foram impedidos de ingressar ou progredir na carreira; reitores foram demitidos e, para seu lugar, nomeados interventores; a autonomia administrativa e financeira, já tão reduzida, foi ainda mais restringida; o controle policial estendeu-se aos currículos, aos programas das disciplinas e até às bibliografias; as entidades estudantis foram severamente cerceadas, o que contribuiu para que centenas de jovens fossem atraídos para a luta armada.

De outro lado, no entanto, uma aliança tácita entre docentes e pesquisadores experientes fez com que agências de fomento ampliassem em muito os recursos destinados à pós-graduação; novos prédios foram construídos nos campi e laboratórios foram equipados; a profissão docente foi institucionalizada mediante o regime de tempo integral e de dedicação exclusiva; as instituições públicas ampliaram expressivamente o número de matriculados (Cunha, 2000, p. 178-179)

O autor assinala a contradição deste movimento e enfatiza a estranheza provocada pelo fato de uma política tão ambiciosa e modernizadora ter sido tomada no auge do regime autoritário, quando os governos militares de outros países da América Latina, com inspiração e práticas políticas similares, insistiam em medidas obscuras (Cunha, 2000, p.183). A pós-graduação constituiu, portanto, eixo central da reforma da

universidade brasileira e outros movimentos importantes daquele período foram a criação, em 1967, da agência Financiadora de Fomento a Projetos (Finep) – empresa pública de fomento à ciência, tecnologia e inovação; e a criação, em 1969, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Já em 1975 foi construído o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), documento de fundamental importância para consolidar a política de pós-graduação e pesquisa como política de Estado.

O atual PNPG, com vigência entre 2011-2020, destaca em sua introdução que os planos que o precederam desde os anos de 1970 (Plano I, de 1975-1979; Plano II 1982-1985; Plano III 1986-1989; Plano IV, que não chegou a ser promulgado, mas foi amplamente discutido, influenciando cenários e políticas; e Plano V 2005-2010) constituíram cinco significativas etapas na história da pós-graduação brasileira:

1 – a capacitação dos docentes das universidades, formando o primeiro contingente de pesquisadores e especialistas em âmbito federal; 2 – a preocupação com o desempenho e a qualidade; 3 – a integração da pesquisa desenvolvida na universidade com o setor produtivo, visando o desenvolvimento nacional; 4 – a flexibilização do modelo de pós-graduação, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação e a ênfase na internacionalização; 5 – a introdução do princípio de indução estratégica, o combate às assimetrias e o impacto das atividades de pós-graduação no setor produtivo e na sociedade. (Capes, 2010, p. 16)

Em síntese, a política de pós-graduação brasileira buscou num primeiro momento capacitar os docentes das universidades, avançando posteriormente para a preocupação com o desenvolvimento do sistema de pós-graduação e para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica. Ademais, desde a implantação do primeiro Plano persistem com maior ou menor ênfase as temáticas da expansão, da aproximação da universidade com o setor produtivo, do aprimoramento dos mecanismos de avaliação e da intensificação dos processos de internacionalização (Souza, 2018, p. 95).

No que diz respeito ao seu desenvolvimento, a pós-graduação se expandiu em uma curva ascendente desde a década de 1970, em relação ao número de cursos, de grupos de pesquisa, de docentes e de doutores e mestres titulados (Capes, 2010, p. 46). A Tabela 1 permite observar a evolução destes números entre os anos de 2000 e 2018.

Tabela 1. Número total de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, de Grupos de Pesquisa, de Docentes e de Titulados nos cursos de mestrado e doutorado, 2000 - 2018

Ano	Programas	Grupos de Pesquisa*	Docentes**	Titulados Mestrado Acadêmico	Titulados Mestrado Profissional	Titulados Doutorado***
2000	1.439	11.760	--	17.611	210	5.318
2001	1.550	--	--	19.651	362	6.040
2002	1.683	15.158	--	23.457	987	6.894
2003	1.818	--	--	25.997	1.652	8.094
2004	1.930	19.470	40.725	24.755	1.903	8.093
2005	2.057	--	43.524	28.605	2.029	8.989
2006	2.265	21.024	47.571	29.742	2.519	9.366
2007	2.408	--	50.581	30.559	2.331	9.915
2008	2.567	22.797	53.706	33.360	2.654	10.711
2009	2.718	--	57.251	35.686	3.102	11.368
2010	2.840	27.523	60.038	36.247	3.343	11.314
2011	3.128	--	66.507	39.544	3.689	12.321
2012	3.342	--	71.507	42.878	4.260	13.912
2013	3.537	--	79.194	45.490	6.045	15.650
2014	3.748	35.424	85.418	46.245	6.967	17.286
2015	3.931	--	90.130	47.644	9.023	18.996
2016	4.177	37.640	95.182	49.002	10.612	20.603
2017	4.296	--	100.287	50.306	10.841	21.591
2018	4.291	--	102.202	51.610	12.822	22.901

Fonte: Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes e Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes/CNPq. Dados extraídos de <geocapes.capes.gov.br/geocapesds> e <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/painel-dgp/>, em 22 de junho de 2020. Elaboração própria.

Notas:

*O Painel do Diretório de Grupos de Pesquisa não apresenta as informações para todos os anos do intervalo 2000-2018.

**Consideradas apenas as informações a partir de 2004, ano em que a Capes passou a indicar o total de docentes considerando permanentes, colaboradores e visitantes.

***Total de titulados em doutorados acadêmicos de 2000 a 2017. Em 2018, estão incluídos na soma 7 titulados em doutorado profissional.

Embora os números sejam bastante expressivos, a distribuição regional dos programas de pós-graduação no país é profundamente assimétrica. Os últimos PNPG buscaram em alguma medida corrigir essa distorção e, de fato, na última década houve maior crescimento do número de programas no Norte, seguido do Centro-Oeste e Nordeste. Ainda assim, a formação *stricto sensu* permanece fortemente concentrada na região Sudeste, onde em 2018 estavam localizados 44,63% dos programas, enquanto o

Sul representa 21,58%, o Nordeste 20,11%, o Centro-Oeste 8,16% e o Norte apenas 5,52%.

Outro elemento que merece destaque é o significativo crescimento do número de grupos de pesquisa cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq. Esses grupos refletem a organicidade da pesquisa sobretudo nos programas de pós-graduação, sendo que o crescimento deles foi em 2016 em relação a 2000 da ordem de 220%, com avanço expressivo em todas as áreas do conhecimento. Somente a área de Educação, respondia em 2016 por 9,6% do total de grupos de pesquisa e foi responsável por 5,16% do total de mestres e doutores titulados no ano de 2018⁶.

O aumento considerável, já comentado, do número de mestres e doutores também é um importante indicador do avanço científico no país. A maioria dos novos titulados no ano de 2018 estava vinculada à área de Ciências Humanas (16,02%), seguida pelas áreas de Ciências da Saúde (15,65%) e de Ciências Sociais Aplicadas (14,47%).

As Engenharias, que em 2018 representaram 10,56% das titulações, são no PNPG 2011-2020 assinaladas como área estratégica para o desenvolvimento e soberania nacional e, portanto, contaram com um programa de indução específico para o fortalecimento e ampliação dos seus programas de pós-graduação – o Pró-Engenharias. Os demais campos definidos como estratégicos no Plano, tendo, dentre outros estímulos, sido a eles destinada a concessão prioritária de bolsas específicas para doutoramento no exterior são: ciências do mar, ensino na saúde, botânica, defesa nacional, nanobiotecnologia e TV digital (Capes, 2010, p. 286-287).

Em relação à avaliação, o PNPG vigente recomenda que o sistema seja continuamente aperfeiçoado em face da diversidade das instituições que oferecem a pós-graduação. O documento ressalta que universidades de matriz humboldtiana – que representam uma minoria e são, sobretudo, instituições públicas, à exceção de uma ou outra comunitária – deverão ser “cobradas por sua inserção internacional ou pela capacidade de oferecer cursos de padrão internacional”. Complementarmente, aponta que os critérios devem ser adaptados e diferenciados segundo as necessidades, para que

⁶ A área de Educação contava com 3.595 grupos de pesquisa em 2016 e titulou, no ano de 2018, 3.167 pessoas em mestrados acadêmicos, 1.000 em mestrado profissional e 1.244 em doutorado.

se possa avaliar eficazmente as demais universidades, que apresentam menor vocação acadêmica e maior proximidade com o mercado e com o setor produtivo, a exemplo daquelas que oferecem apenas o mestrado profissional (Capes, 2010, p. 128). As diretrizes enfatizam ainda que para a classificação dos programas nos níveis de excelência a Capes deverá adotar, como um dos parâmetros da avaliação, a comparação com programas internacionais considerados de referência⁷ (p. 130-131). Nota-se nesse sentido uma influência crescente dos *rankings* de universidades sobre os sistemas de pós-graduação, num movimento que pressiona os docentes a uma nova profissionalização, pautada pela produtividade e performatividade, uma vez que estão emergindo consensos mundiais sobre relevância em pesquisa baseados em informações quantitativas e comparativas.

O PNPG 2011-2020 apresenta ainda um tópico sobre “Internacionalização e Cooperação Internacional”, no qual reforça o objetivo de se intensificar as ações de internacionalização na pós-graduação. O Plano examina a produção científica como principal indicador quantitativo da presença da ciência brasileira no cenário internacional, constatando uma evolução “notável” nos três últimos decênios. Assinala que em diversas áreas, como Física, Matemática, Ecologia e Geociências, os impactos relativos das publicações brasileiras situam-se próximos das médias mundiais. Destaca também que em termos de números de artigos publicados em revistas indexadas o crescimento tem sido “extraordinário, muito acima da média mundial”, com a perspectiva otimista de que se continue avançando, sobretudo, em áreas que foram consideradas estratégicas e que, portanto, são objetos de programas de indução – citando como exemplos Engenharia, Biologia Marinha e Oceanografia (Capes, 2010, p. 223-230).

Como medida qualitativa da internacionalização, o documento aponta a presença de cientistas brasileiros nas principais organizações científicas internacionais, como a Academia de Ciências do grupo G8+5⁸; o Fórum Internacional de Ciência e Tecnologia

⁷A avaliação da pós-graduação é realizada a cada quatro anos pela Capes. Os programas recebem notas na seguinte escala: 1 e 2, tem canceladas as autorizações de funcionamento e o reconhecimento dos cursos de mestrado e/ou doutorado por ele oferecidos; 3 significa desempenho regular, atendendo ao padrão mínimo de qualidade; 4 é considerado um bom desempenho e 5 é a nota máxima para programas com apenas mestrado. Notas 6 e 7 indicam desempenho equivalente ao alto padrão internacional.

⁸ Composto por África do Sul, Alemanha, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos, França, Índia, Itália,

para a Sociedade (STS Forum), o Fórum Mundial de Ciências, a Academia de Ciências para o Mundo em Desenvolvimento (TWAS), o Conselho Internacional de Ciências (ICSU), dentre outros. Na perspectiva do Plano, a atuação de pesquisadores brasileiros nessas instituições – frequentemente em posições de primeira linha – sinaliza o crescente prestígio e reconhecimento que o país tem obtido por sua competência científico-tecnológica (Capes, 2010, p. 231-233).

No que tange à interação da pós-graduação com o setor produtivo, é necessário observar que a elaboração do PNPG 2011-2020 se deu em um momento de forte otimismo com o desenvolvimento brasileiro:

O país entrou no século XXI como uma nova potência emergente, com a perspectiva de tornar-se a quinta economia do planeta no decênio 2011-2020, trata-se de um fato extraordinário, revelando que o país vem passando e deverá passar mais ainda por mudanças profundas em segmentos importantes da economia, com reflexos na geopolítica mundial e impactos em diferentes setores da sociedade, inclusive no sistema educacional, aí incluído o ensino superior. (Capes, 2010, p. 16)

Em consonância ao referido contexto, o documento situa a pós-graduação como um instrumento para possibilitar ao país um diferencial competitivo, tendo um papel fundamental na qualificação de recursos humanos e na organização da agenda de pesquisa que irão possibilitar um ambiente de inovação nas empresas e na sociedade (Capes, 2010, p. 179, 191). Este movimento se deu em função do alinhamento do Brasil com um projeto mundializado de desenvolvimento, que tem no conhecimento uma matéria-prima crítica para a produção de riqueza, na perspectiva de uma economia baseada no conhecimento.

Assim, observa-se desde a década de 1990, no contexto da reforma do Estado brasileiro, um reordenamento das principais agências nacionais de fomento à pesquisa – Capes e CNPq – que passaram de uma política de demanda livre para o financiamento através de editais e fundos setoriais, que estabelecem as áreas prioritárias para a investigação. A nova agenda implica, portanto, numa mudança da cultura institucional da universidade, constituindo um novo paradigma de produção de conhecimento,

atrelado às demandas sociais e principalmente de mercado, sendo cada vez menor a autonomia acadêmica para a definição de suas atividades.

Leher (2020)⁹ adverte sobre a vicissitude das políticas de indução, que têm progressivamente encolhido as problemáticas científicas e levado as universidades a abandonarem os grandes domínios do conhecimento. Ressalta que a comunidade acadêmica deve ter capacidade e autonomia, inclusive financeira, para estabelecer os objetos que são dignos de estudo, tendo em vista a própria função da universidade no que diz respeito ao compromisso ético e político com os grandes problemas da sociedade e a antecipação de cenários que possibilitem o bem viver e a justiça social.

Outrossim, o reordenamento da pós-graduação brasileira não é um fenômeno isolado. Está ancorado em uma agenda globalmente estruturada para a educação, de forma que as transformações nos modos de financiamento, avaliação e internacionalização da pesquisa e pós-graduação são similares na maioria dos Estados, evidentemente com contornos adaptados segundo as especificidades nacionais, e delineiam uma crise institucional da universidade em escala global.

No Brasil, contudo, esse cenário é agravado por um ataque governamental à ciência e à instituição universitária. Trata-se de um embate de caráter ideológico que tem intensificado a crise de legitimidade e financeira das universidades públicas brasileiras. Se, como referido anteriormente, de forma contraditória no período da ditadura militar (1964 -1985) a ciência foi deliberadamente incorporada ao Estado, com políticas e investimentos que possibilitaram seu avanço – ainda que numa condição de crescente heteronomia – a situação atual é inteiramente nova, caracterizando-se por uma profunda hostilidade em relação à ciência e aos intelectuais.

Desde o golpe que afastou do poder a presidenta democraticamente eleita Dilma Roussef (2011-2016), as ações de teor coercitivo contra as universidades vêm se ampliando. Operações judiciais-policiais foram empreendidas nos anos de 2016 e de 2017 com uma enorme exploração midiática, que contribuiu para a construção de uma narrativa na qual a instituição universitária se constitui como inimiga do Estado e da

⁹ Participação como expositor no Webinar “Universidades públicas frente à pandemia e o projeto Future-se – Diálogos Críticos”, organizado pela UFMG, em Diálogos críticos UFMT, 08 de junho de 2020. Disponível em <<https://www.facebook.com/dialogoscriticosUFMT/videos/1201353646872974/>>.

sociedade (Leher, 2019). Sem abordar o mérito das investigações, o autor reforça o simbolismo dos nomes de algumas dessas ações:

Os nomes das ações da Polícia Federal estão dirigidos contra: os professores de maior qualificação (Operação PhD, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2016); a ciência e a produção do conhecimento (Operação Research, 2017, Universidade Federal do Paraná – UFPR); a autonomia universitária (Torre de Marfim e Ouvidos Moucos, ambas na UFSC), e uma das canções-símbolos da resistência democrática no período ditatorial (Operação Equilibrista, na UFMG, referência à canção “Esperança equilibrista”, de Aldir Blanc e João Bosco). (Leher, 2019, p. 211)

Além disso, os números de policiais envolvidos nas ações da UFSC e da UFMG¹⁰, 115 e 84, respectivamente, confirmam a estética midiática dessa escalada ofensiva contra a ciência e a cultura, contra a liberdade de pensamento e de cátedra, contra a democracia. Esse movimento é fortalecido com a chegada ao poder em 2018 de Jair Bolsonaro, eleito no contexto da pós-verdade e cujo governo revela pretensões autocráticas. Segundo Leher:

O problema de fundo, no tempo atual, decorre do fato de que a autonomia universitária protege formas de legitimação do conhecimento – inscritas nos domínios da epistemologia – que são incompatíveis com as proposições e narrativas (fakenews e pós-verdade) utilizadas pelas forças adeptas da autocracia. Por não trabalharem com a verdade, recusam a legitimidade da universidade, e operam a difusão de narrativas diretamente pela internet, colocadas em circulação em suportes como Twitter e WhatsApp, que não possuem qualquer esfera de validação e legitimação do conhecimento (Leher, 2019, p. 215).

Há, portanto, um esforço coordenado para desqualificar as universidades e estabelecer uma tensão discursiva, na qual opiniões sem evidências são apropriadas como verdades e a ciência é convertida em uma ficção verbal. Paralelamente à luta ideológica, o governo formula políticas e projetos que vão contra à autonomia universitária e/ou restringem seu orçamento.

¹⁰Em 14 de setembro de 2017, o reitor da UFSC, Professor Luís Cancellier de Olivo, foi preso sem qualquer evidência de crime de seu envolvimento em desvio de recursos, acusado de tentar obstruir investigações e afastado do cargo. Ele foi solto no dia seguinte, mas suicidou-se em 02 de outubro de 2017. No bolso, havia um bilhete: “Minha morte foi decretada quando fui banido da universidade”. Na UFMG, em 06 de dezembro de 2017, o então reitor e vice-reitora Jairo Arturo Ramirez e Sandra Goulart foram conduzidos coercitivamente à Polícia Federal. Em julho de 2020, o processo foi arquivado pela Procuradoria Geral da República em Minas Gerais por não terem sido constatadas irregularidades.

Um marco dramático e com efeitos de longo prazo no contexto de financiamento da educação superior se deu com a promulgação em 2016 da Emenda Constitucional 95, que instituiu um novo regime fiscal no país e congelou de 2018 até 2036 os investimentos em Saúde e Educação, impedindo reajustes acima da inflação do ano anterior (Brasil, 2016). Nelson Amaral (2017) analisou o orçamento da União dentre os anos de 1995 e 2016 e constatou que em todo o intervalo os reajustes orçamentários do MEC foram superiores à inflação, chegando a 10 pontos percentuais acima da inflação entre 2006 e 2012. Se mesmo naquele período o orçamento mostrava-se insuficiente para a democratização da educação de nível superior em todas as regiões do país e consequente avanço no desenvolvimento da ciência, o cenário futuro se torna ainda mais nebuloso.

Os cortes orçamentários também têm sido alvo de denúncia constante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que alerta sobre o processo de desmonte do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). A entidade tem demonstrado que importantes projetos de pesquisa têm sido interrompidos, assim como tem sido comprometido o trabalho de muitos laboratórios pela falta de equipamentos e manutenção, bem como o prejuízo causado pela interrupção de determinados editais vitais em algumas áreas como, por exemplo, o Edital Universal do CNPq – que responde pelo financiamento da maioria dos projetos de pesquisa em educação. Soma-se a isso a situação das bolsas de pesquisadores de excelência no CNPq, que têm tido seu crescimento estancado desde 2015.

Relatório publicado em fins de 2019 pela Comissão de Financiamento à Pesquisa e de Política Científica da SBPC evidencia a ruptura na trajetória ascendente de financiamento da ciência no Brasil nos anos recentes:

Na primeira década do século 21 o SNCTI atravessou um período de grande expansão, com apoio à inovação tecnológica nas empresas, investimentos focalizados em áreas estratégicas, ênfase na ciência voltada para o desenvolvimento social e grande incremento na formação de capital humano. O orçamento executado do [Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações] MCTIC passou de cerca de R\$ 3 bilhões em 2002 para mais de R\$ 8,5 bilhões em 2010. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) expandiu-se de cerca de R\$ 500 milhões em 2002 para mais de 3 bilhões em 2010. Nesse período, o orçamento da Capes foi de R\$ 500 milhões para R\$ 4 bilhões. Houve crescimento contínuo do número de

publicações, citações e impacto das publicações [...], bem como do número de mestres e doutores formados. Entretanto, para grande prejuízo da nação, tais avanços foram quase inteiramente revertidos nos últimos 5 anos. Os recursos do orçamento do MCTIC efetivamente aplicados em pesquisa foram de R\$ 3,865 bilhões em 2018 e apenas R\$ 932 milhões até julho de 2019 [...]. O FNDCT em 2019 deveria chegar a R\$ 4,3 bilhões, mas cerca de 80% desses recursos acabaram na Reserva de Contingência ou sofreram contingenciamentos adicionais. Foram liberados até agora [setembro de 2019] cerca de R\$ 600 milhões. Regressa-se, aqui, ao nível de investimento de 15 anos atrás (SBPC, 2019, p. 10-11).

A entidade complementa que, de acordo com o Índice Global de Inovação publicado anualmente desde 2007 pela Universidade Cornell, pelo Instituto Europeu de Administração de Empresas (Insead) e pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Wipo), o Brasil ocupava em 2011 a 47ª posição de um rol de 127 países, tendo caído em 2019 para a 66ª posição entre 126 economias. Ou seja, os cortes violentos já manifestam impactos na produção acadêmico-científica brasileira (SBPC, 2019).

Preocupação especial dirige-se para a garantia das bolsas de pesquisa e sua distribuição. Neste sentido, a Capes, agência responsável especialmente pela pós-graduação, tem sido fortemente impactada. Apenas no primeiro ano do governo Bolsonaro, registrou-se uma diminuição de 5.938 bolsas em relação ao ano anterior. A retração só não foi mais severa devido às manifestações da comunidade acadêmica em prol da recomposição das bolsas. Ainda assim, se comparada a perda com o ano de 2014, quando foram distribuídas 105.791 bolsas, o ano de 2019 representa um decréscimo de 9,93 pontos percentuais (Capes, 2020).

Já em março de 2020 foi publicada pela Capes a Portaria nº 34, que inaugura uma nova política de distribuição de bolsas e agrava tal quadro (Brasil, 2020a). Conforme análise da SBPC¹¹, o recente modelo resultou na redução de aproximadamente 10% do total de bolsas de pós-graduação permanentes financiadas pela agência, tendo comprometido de forma mais aguda os programas com conceitos 3 e 4, que tiveram uma perda de até 40%. No que tange às assimetrias regionais, o estudo indica que enquanto as regiões Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste perderam, em

¹¹Documento “A nova política de distribuição de bolsas da Capes: onde estamos e o que esperamos do novo plano”, publicado pela SBPC em 22 de junho de 2020. Disponível em <<http://www.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2020/06/GT-SBPC-bolsas-CAPES-2.pdf>>, acesso em 28 de junho de 2020.

média, 14% das cotas, a região Sudeste, responsável por mais da metade do PIB nacional, perdeu apenas 7%. Desse modo, os programas de pós-graduação mais penalizados são justamente aqueles que se localizam nos municípios com menor IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e que, paradoxalmente, se veem cada vez mais restringidos na perspectiva da consolidação e melhoria da qualidade. Trata-se de uma política que reverbera apenas no sentido da manutenção dos polos de excelência já existentes.

Por sua vez, o Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2020-2023), aprovado na forma da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, em cumprimento ao parágrafo 1º do Art. 165 da Constituição, “traz a preocupação de ser instrumento efetivo de planejamento e gestão do governo federal”, buscando tornar-se “um lócus estratégico de decisão governamental, ou seja, um espaço de negociação entre atores (tanto do núcleo central de governo quando dos órgãos setoriais) para a realização das escolhas alocativas, prioritárias e com maior impacto positivo na sociedade” (Brasil, 2019). Este Plano recebeu muitas críticas pelas suas inconsistências, além do fato de que abandona a agenda do desenvolvimento sustentável desconsiderando acordos e tratados firmados pelo país no âmbito internacional. Trata-se de um instrumento normativo que denota descaso do governo atual com o desenvolvimento científico do país, em especial no que se refere às áreas de Ciências Humanas e Sociais.

Com base no PPA aprovado, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitiu a Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020, definindo no seu Art. 1º as prioridades, no âmbito do MCTIC

no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações para o período compreendido entre os anos de 2020 a 2023, a fim de alinhar a atuação ministerial ao Plano Plurianual da União (PPA) 2020-2023 e alcançar os objetivos e metas estabelecidos nos programas finalísticos estabelecidos nesse plano. (Brasil, 2020b)

Este alinhamento pressupõe a orientação do financiamento da pesquisa em áreas específicas, como determinado no seu Art. 2º, que estabelece como prioritários os projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovações voltados para as áreas de Tecnologias: I – Estratégicas, que contempla as áreas Espacial, Nuclear, Cibernética e

Segurança Pública e de Fronteira; II – Habilitadoras, que inclui Inteligência Artificial, Internet das Coisas, Materiais Avançados, Biotecnologia e Nanotecnologia; III - de Produção, considerando Indústria, Agronegócio, Comunicações, Infraestrutura e Serviços; IV - para Desenvolvimento Sustentável, abarcando Cidades Inteligentes, Energias Renováveis, Bioeconomia, Tratamento e Reciclagem de Resíduos Sólidos, Tratamento de Poluição, Monitoramento, prevenção e recuperação de desastres naturais e ambientais e Preservação Ambiental; e V - para Qualidade de Vida, que contempla os setores de Saúde, Saneamento Básico, Segurança Hídrica e Tecnologias Assistivas (Brasil, 2020b).

A referida regulamentação gerou muitas resistências e críticas junto à comunidade acadêmica, em especial às áreas de Ciências Humanas e Sociais que não haviam sido contempladas, ensejando a publicação de nova Portaria nº 1.329, de 27 de março de 2020, que alterava a Portaria nº 1.122 incorporando no Art. 2º o parágrafo único que dispõe que: “são também considerados prioritários, diante de sua característica essencial e transversal, os projetos de pesquisa básica, humanidades e ciências sociais que contribuam para o desenvolvimento das áreas definidas nos incisos I a V do caput” (Brasil, 2020c).

Essa insistência do governo atual na priorização de financiamento a projetos de pesquisa que apresentem aderência às áreas consideradas estratégicas, de acordo com o PPA 2020-2023, é bastante preocupante, dado seu caráter indutor de produção de conhecimento em áreas específicas, definidas por um Plano que apresenta fragilidades e inconsistências metodológicas, além do fato de que o desenvolvimento científico brasileiro vem sofrendo restrições orçamentárias que podem conduzir ao atrofamento do conhecimento em determinadas áreas. O que mais chama atenção é que o orçamento ordinário que se encontra estagnado passa a sofrer um direcionamento que compromete a estabilidade do sistema. Não se tratam de novos recursos para investir em áreas prioritárias, mas de redirecionar o orçamento existente. A última Chamada de Bolsas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, por exemplo, publicada em junho de 2020¹², traz explicitamente esta orientação.

¹² Chamada CNPq nº 09/2020 – Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ, de 12 de junho de 2020. Disponível em <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/aviso-de-chamada-publica-n-9/2020-261542051>>,

Para além dos contingenciamentos, o governo Bolsonaro tem ainda publicado normas que ferem a autonomia universitária, como nos episódios em que não se respeitou a lista tríplice para a eleição de reitores, em que se buscou através de medida provisória autorizar o Ministério da Educação a indicar gestores universitários durante a pandemia do Covid-19, e também com a proposição de um projeto de lei para remodelar a pesquisa e inovação nas universidades, intitulado Future-se, que em sua primeira versão transferia para organizações sociais a prerrogativa de definir sobre os rumos das instituições universitárias. Embora a mobilização da academia e de setores da sociedade tenha conseguido impugnar algumas dessas medidas, uma vez que a maioria delas são inconstitucionais e contrariam a ideia de universidade pública, democrática, laica, autônoma e com pertinência social, a expectativa para o novo Plano Nacional de Pós-Graduação, que se encontra em construção sem a participação da comunidade científica e deverá vigorar a partir de 2021, é bastante negativa.

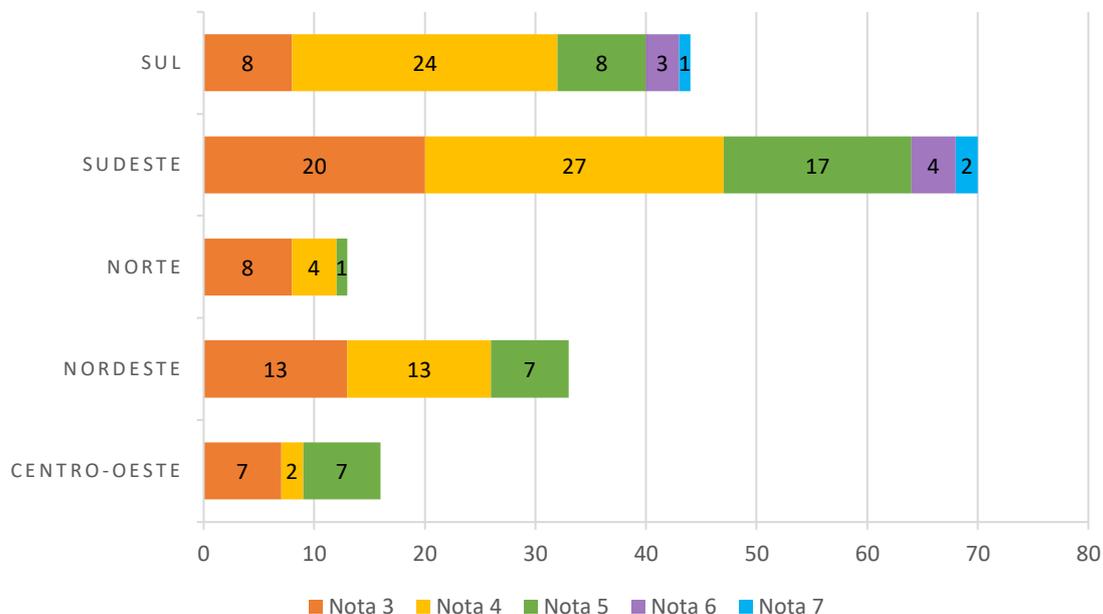
A pesquisa em Educação

Os reflexos deste panorama no campo da pós-graduação e pesquisa em Educação não são menos preocupantes. Desde o primeiro curso de mestrado em Educação criado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1966, a área se expandiu e se complexificou fortemente.

No ano 2000 o Brasil contava com apenas 41 programas em Educação. Já em 2018, o país registrou um total de 176, sendo 78 de mestrado/doutorado, 52 de mestrado acadêmico e 46 de mestrado profissional; envolvendo 4.450 docentes (3.792 permanentes, 615 colaboradores e 43 visitantes) e um total de 17.099 matrículas, das quais 7.738 eram do mestrado acadêmico, 2.849 do mestrado profissional e 6.512 do doutorado. Em relação à categoria administrativa, apenas 38% dos programas em Educação são privados, enquanto 45% são federais, 25% estaduais e 2% municipais (Capes, 2020).

Quanto à distribuição regional, observa-se uma acentuada assimetria especialmente se associada a localização à qualidade dos cursos:

Gráfico1. Distribuição dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* de Educação no Brasil, por região e nota de avaliação, 2018



Fonte: Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes. Dados extraídos de <geocapes.capes.gov.br/geocapesds> em 22 de junho de 2020. Elaboração própria.

Conforme ilustra o Gráfico 1, apenas 5% dos programas são considerados de excelência (Notas 6 e 7) e todos eles estão situados no Sul e Sudeste; 23% do total foram classificados como muito bons (Nota 5); 40% como bons (Nota 4); e 32% apresentaram desempenho regular, atendendo apenas ao padrão mínimo de qualidade (Nota 3). Este conjunto tem o grande desafio de desenvolver a pesquisa em Educação num contexto em que não só a universidade é sujeitada, mas principalmente a área de Ciências Humanas.

Apesar da importância que têm as universidades na produção acadêmico-científica global, não são elas que na atualidade orientam os rumos da educação, não só no Brasil, mas em boa parte do mundo. A OCDE junto com outros organismos internacionais tem assumido a centralidade da produção de conhecimento em educação e, desta forma, acaba por ditar a agenda educativa para grande número de países. Como afirma criticamente Sotira Grek (2016, p. 717) “a OCDE transmite todas as mensagens ideológicas ‘corretas’ para os sistemas educacionais do século XXI, ou seja, ela conecta

a aprendizagem diretamente aos resultados do mercado de trabalho e ao capital humano”.

Por meio de *rankings* e relatórios estatísticos – que de acordo com Popkewitz e Lindblad (2016) funcionam como um elemento de controle da vida social moderna, uma vez que influenciam a criação de regras e são usados para orientar a mudança e a vida moderna ‘incerta’ por meio do fornecimento de ferramentas administrativas que estabilizam e harmonizam as relações sociais –, a OCDE vem desenvolvendo na área da educação uma governação por números, em que se utiliza de uma verdadeira "datificação". Os relatórios em geral contam ainda com uma seleção das melhores práticas em educação, numa espécie de “novo empirismo”, que comporta uma reivindicação exagerada sobre a possibilidade de se estabelecer respostas consensuais sobre os problemas da educação com base em evidências.

É a OCDE que, por meio de diferentes dispositivos, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), dita na atualidade o que é o conhecimento válido no mundo e como as sociedades e seus sistemas educacionais devem se organizar para desenvolvê-lo. No momento em que são publicados os resultados do Pisa, os meios de comunicação imediatamente repercutem os resultados convidando consultores de organizações não-governamentais e *think-tanks* para a discussão dos dados frente a conjuntura educacional brasileira, ignorando a comunidade científica que se ocupa da pesquisa educacional, representada pelos cerca de 400 pesquisadores do CNPq somente da área de educação e ensino, o acúmulo de conhecimentos sobre a matéria alojados nos mais de 170 programas de pós-graduação em educação no país, além da expertise concentrada nos grupos de trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Neste contexto, não há mais uma definição doméstica ou local da relevância da pesquisa. A agenda é pautada externamente ao campo acadêmico, sob o manto do tecnicismo e de uma pseudoneutralidade das organizações multilaterais e de outros grandes grupos que se propõem a discutir a natureza da educação. Estes novos atores do conhecimento, porém, incorporam interesses privados na coprodução das políticas educativas e disputam espaço com entidades que historicamente defendem a pesquisa e a educação pública, tais como a Academia Brasileira de Ciência (1916), a Sociedade

Brasileira para o Progresso da Ciência (1948) e a já mencionada ANPEd, fundada em 1978.

Vale ressaltar que assim como o negacionismo tem um efeito perverso sobre as universidades, as pesquisas baseadas em evidências são igualmente suspeitas. Como apontam Whitty e Wisby (2020), esse tipo de abordagem “hiper-racionalista-tecnicista” cria um sistema de ilusão no qual as pesquisas seriam capazes de dar respostas objetivas para problemas sociais e educacionais complexos e são frequentemente utilizadas para legitimar posições ideológicas.

O cenário exige, portanto, uma ação estratégica da ANPEd e outras associações científicas, a fim de se contrapor a ideia que circula internacionalmente de que a ciência baseada em evidências seria o modelo de pesquisa mais digno de ser incentivado e financiado. Ainda que esse tipo de investigação tenha seu papel, os dados não devem ser confundidos com a verdade, pois não capturam a complexidade das questões políticas e culturais, como alertam Whitty e Wisby (2020). Em síntese, a universidade é plural e diversa, abrange uma variedade de tradições de pesquisa que devem ser amplamente discutidas, de modo que a tecnocracia não deve superar a democracia.

Considerações finais

Na atualidade, é urgente retomar para a agenda da educação e da pesquisa o debate sobre a democracia, pois não há produção do conhecimento que resista a sociedades autoritárias e obscurantistas que ameaçam pesquisadores, desautorizam as instituições e coíbem a liberdade de expressão. Essas posturas, bastante usuais no trato desse governo com os que produzem conhecimento no país, são ainda agravadas pelas condições de nossas sociedades desiguais, nas quais o direito à educação continua sendo uma dívida social histórica para muitos. São posturas que demonstram profundo desrespeito com a população e desprezo pelas instituições acadêmicas e seus profissionais.

Tal desafio exige uma grande coalização em defesa da educação pública e da ciência, da autonomia universitária e pela revogação imediata da Emenda Constitucional 95/2016. Além disso, torna-se imprescindível a redefinição do que é conhecimento estratégico, contestando as prioridades de desenvolvimento científico que

não levam em consideração a vida e a dignidade humana. Essa é uma luta que não se pode vencer apenas dentro dos muros da universidade, ou das comunidades científicas, mas deve envolver os diversos setores da sociedade, uma vez que se busca, em última instância, a garantia da democracia e o estabelecimento de um sistema de educação superior pautado na justiça social e no desenvolvimento científico relevante não só do ponto de vista econômico, mas também social e cultural. O novo Plano Nacional de Pós-Graduação não pode se constituir sem o diálogo com a comunidade acadêmica, ele não pode se curvar ao PPA 2020-2023 com as inconsistências já apontadas por estudos críticos e pelas restrições que apresenta ao desenvolvimento científico e responsável do país.

A esperança é também de que a vivência da pandemia do Covid-19 no Brasil, que desde o primeiro momento tem na linha de frente as universidades e seus sistemas científicos atuando em defesa da vida, possa contribuir para pôr em relevo a legitimidade da universidade e reposicionar o papel indispensável da ciência na construção do bem-viver.

Referências

- Bittar, M., & Costa Júnior, W. R. (2015). Política de avaliação da pós-graduação em educação: a criação e a implementação do modelo baseado na produtividade e na quantidade da produção. In: Almeida, M. L., & Catani, A. (Orgs.), *Educação superior ibero-americana: uma análise para além das perspectivas mercadológicas da produção de conhecimento*. Buenos Aires: Clacso (p. 184-201).
- Brasil (2016). *Emenda Constitucional nº 95*, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Recuperado de: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>
- Brasil (2019). *Lei nº 13.971*, de 27 de dezembro de 2019. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Recuperado de: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm>
- Brasil (2020a). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria nº 34*, de 09 de março de 2020. Dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da CAPES. Recuperado de: <<http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3443>>

- Brasil (2020b). Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. *Portaria nº 1.122*, de 19 de março de 2020. Define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023. Recuperado de: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.122-de-19-de-marco-de-2020-249437397>>
- Brasil (2020c). Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. *Portaria nº 1.329*, de 27 de março de 2020. Altera a Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020, que define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023. Recuperado de: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.329-de-27-de-marco-de-2020-250263672>>
- Capex Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2010). *Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020*. Brasília: Capex.
- Capex Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2020). Sistema de Informações Georreferenciadas Geocapes. *Indicadores de 2000 a 2018*. Recuperado de: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>
- Cunha, L. A. (2000). Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: Veiga, C., Lopes, E., & Faria Filho, L. M. (Orgs.), *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica (p. 151-204).
- Grek, S. (2016). O caso da direção-geral de *educação* e cultura da comissão europeia. *Educação & Sociedade*, 37 (136), p.707-726.
- Leher, R. (2019). *Autonomia universitária e liberdade acadêmica*. *Revista Contemporânea de Educação*, 14 (29), p. 208-226.
- Ocde. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2019). *Education at a Glance 2019 – OECD Indicators*. Paris: OECD Publishing.
- Pnud Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2019). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Nova Iorque: PNUD.
- Popkewitz, T., & Lindblad, S. (2016). Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da *educação* e inclusão e exclusão. *Educação & Sociedade*, 37 (136), p.727-754.
- Sbpc. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (2019). *A política brasileira de CT&I e as manifestações da comunidade científica – Cadernos SBPC Edição 2019*. Brasília: SBPC.
- Souza, J. F. (2018). *Itinerários da internacionalização da educação superior brasileira no âmbito da América Latina e Caribe* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Unesco Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (2010). *Relatório Unesco sobre Ciência 2010*. Paris: Unesco.

Unesco Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (2015). *Unesco Science Report: towards 2030*. Paris: Unesco.

Unesco-UIS Unesco Institute for Statistics (2015). *Human Resources in R&D - UIS Fact Sheet N° 45*. Montreal: Unesco-UIS.

Whitty, G., & Wisby, E. (2020). Evidence-Informed Policy and Practice in a 'Post-truth' Society. In: Fan, G., & Popkewitz, T. (Orgs.), *Handbook of Education Policy Studies: Values, Governance, Globalization, and Methodology*, Volume 1. Singapore: Springer Open (p. 399-414).

Recebido: 30/06/2020

Aceito: 09/08/2020

Publicado: 30/06/2021

NOTA:

As autoras foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.